

SERVIDÃO – IMÓVEL RURAL

Documentos necessários:

- ◆ Escritura Pública de Servidão, lavrada por Serviço Notarial.
(Lei nº 6.015/1973, artigo 221, I c/c artigo 167, I, n. 6 c/c Lei nº 10.406/2002, artigo 1.378 e seguintes)
- ◆ Guia do ITBI, quitada ou Certidão de Não Incidência, expedida pelo Município de Toledo.
(Lei nº 6.015/1973, artigo 289 e Lei Municipal nº 1.931/2006, art. 73 c/c artigo 72 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 504)
- ◆ Guia do FUNREJUS, quitada.
(Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 491 c/c Lei 12.216/1998)
- ◆ Planta e Memorial Descritivo, relativos à Faixa de Servidão.
(Lei nº 6.015/1973, artigo 167, I, n. 6 c/c art. 225 c/c Lei nº 10.406/2002, artigo 1.378 e seguintes)
- ◆ Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA), quitada e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU), quitado, referente aos trabalhos técnicos elaborados.
(Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 565 c/c Lei nº 6.496/1977 c/c Lei nº 12.378/2010)
- ◆ CCIR/INCRA, Exercício atual, quitado.
(Lei nº 4.947/1996, artigo 22 c/c Lei nº 10.267/2001, artigo 1º e Decreto nº 4.449/2002, artigo 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 510)

CONTINUAÇÃO:

- ◆ Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto Territorial Rural – ITR, atualizada.
(Lei nº 9.393/1996, artigo 21 c/c Lei nº 10.267/2001, artigo 1º e Decreto nº 4.449/2002, artigo 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 511)
- ◆ Recibo de Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR – Situação “Ativo”.
(Lei nº 6.015/73, art. 167, II, n. 5, parte final c/c art. 246, § 1º c/c art. 225, § 1º c/c Lei Federal nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), art. 29, § 3º c/c Decreto Estadual nº 8.680/2013, art. 4º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, parágrafo único do art. 574 c/c art. 575 c/c Portaria IAP nº 97/2014)

Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.